

INFORMATIVO MENSAL

## Direito Ambiental & Agronegócio

Decisões comentadas, fiscalização e notícias para o produtor rural

EDIÇÃO DE

**Abril de 2026**

"A diferença entre uma autuação e um prejuízo é a defesa técnica certa, na hora certa."



NESTA EDIÇÃO

# Sumário

## 1 Julgados do mês, comentados

25 decisões em 4 tribunais

## 2 Os números da fiscalização

Autuações e embargos do IBAMA e da SEMA-MT

## 3 Notícias do mês

8 notícias que afetam o produtor rural

## 4 Assessoria que protege

Por que contar com especialistas

25

DECISÕES

1.741

AUTUAÇÕES

8

NOTÍCIAS

## — Editorial

Abril foi um mês de pressão crescente sobre o produtor rural. A fiscalização federal e estadual manteve volume expressivo de autuações em Mato Grosso e na Amazônia Legal, enquanto novas regras passaram a ligar o alerta de satélite diretamente ao bolso de quem produz — a chamada "trava ambiental" do crédito rural. Na contramão, os tribunais reafirmaram garantias decisivas: o STJ fechou um atalho indevido contra a prescrição de multas e o TJMT voltou a barrar a desproporcionalidade entre uma infração pontual e a ruína econômica do autuado. Reunimos aqui as principais decisões comentadas pelo escritório, os números oficiais da fiscalização e as notícias que todo produtor e profissional do agro precisa acompanhar.

— Equipe Diovane Franco Advogados · OAB/MT 29.530

# 1. Julgados do mês, comentados

As 25 decisões ambientais analisadas pelo escritório em Abril. Toque em qualquer uma para ler o comentário completo no site.

TRF-1 · 01/04

### ITR e áreas ambientais — quando o CAR não substitui a averbação da reserva legal

TRF1 rejeita exceção de pré-executividade contra cobrança de ITR que teria incluído áreas ambientais na base de cálculo. Decisão reafirma que CAR não substitui averbação de reserva legal e que parcelamento não impede questionamento futuro do lançamento.

CAR ITR

[Ler no site >](#)

TJMT · 02/04

### TJMT protege produtor de vencimento antecipado por embargo de 0,24% do imóvel

TJMT mantém suspensão de execução de R\$ 1,9 milhão contra produtor rural. Cooperativa alegou desvio de finalidade, arrendamento não autorizado e embargo ambiental sobre 0,24% do imóvel. Tribunal reconheceu desproporcionalidade e garantiu proteção ao ciclo produtivo.

crédito rural Embargo ambiental

[Ler no site >](#)

STJ · 06/04

### STJ nega embargo ambiental em área de uso agropastoril

Embargo ambiental

[Ler no site >](#)

## STJ

2 decisões

06/04

STJ nega embargo ambiental em área de uso agropastoril

Embargo ambiental

[Ler completo >](#)

06/04

TJMT: área antropizada não exige PRAD, confirma STJ

PRAD e área consolidada 1000037-36.2019.8.11.0107

[Ler completo >](#)

## TRF-1

14 decisões

- 
- 01/04** ITR e áreas ambientais — quando o CAR não substitui a averbação da reserva legal  
TRF1 rejeita exceção de pré-executividade contra cobrança de ITR que teria incluído áreas ambientais na base de cálculo. Decisão reafirma que CAR não substitui averbação de reserva legal e que parcelamento não impede questionamento futuro do lançamento.  
CAR ITR Reserva legal 1000904-15.2022.4.01.3606 [Ler completo >](#)
- 
- 06/04** TRF1 converte multa por desmatamento em serviços ambientais  
Multa ambiental 0009992-85.2008.4.01.3800 [Ler completo >](#)
- 
- 10/04** Adesão ao PRA suspende embargo mesmo sem recomposição florestal prévia  
Justiça Federal de Rondônia suspende embargo ambiental de 2002 após produtor aderir ao PRA, afastando exigência do IBAMA de recomposição florestal prévia como condição para levantamento da medida.  
Área rural consolidada Embargo ambiental IN IBAMA 08/2024 1009863-40.2025.4.01.4100 [Ler completo >](#)
- 
- 13/04** CAR como fundamento para responsabilização civil solidária por desmatamento na Amazônia  
Justiça Federal do Amazonas condena solidariamente três réus por desmatamento de 79,99 ha, usando o CAR como fundamento de vínculo possessório e responsabilidade propter rem, com indisponibilidade de bens superior a R\$ 1,8 milhão.  
CAR como prova judicial desmatamento na Amazônia indisponibilidade de bens 1003407-34.2020.4.01.3200  
[Ler completo >](#)
- 
- 14/04** Absolvição por subsistência em crime ambiental expõe falhas na prova de autoria  
Justiça Federal de Tucuruí absolve réu acusado de desmatar 49 ha em gleba pública na Amazônia. Sentença reconhece falha na prova de autoria e aplica excludente de subsistência do art. 50-A, §1º, da Lei 9.605/98.  
CAR como elemento de prova Crime ambiental excludente de subsistência 1002408-55.2024.4.01.3907  
[Ler completo >](#)
- 
- 15/04** Justiça anula auto de infração do IBAMA por ignorar autorização estadual registrada no SINAFLOR  
Justiça Federal de Rondônia anula auto de infração de R\$ 790 mil e embargo do IBAMA após comprovar que a supressão de 158 hectares era autorizada pela SEDAM/RO e registrada no SINAFLOR.  
competência ambiental LC 140/2011 Embargo ambiental fiscalização remota IBAMA 1017753-64.2024.4.01.4100  
[Ler completo >](#)
- 
- 16/04** Justiça suspende embargo do IBAMA por exigência de reposição florestal sem base fática  
Justiça Federal de Marabá suspende embargo do IBAMA de 8 anos por exigir reposição florestal em caso de queimada, sem auto de infração. Órgão estadual atestou inexistência da obrigação. Decisão reforça limites da IN IBAMA 08/2024.  
crédito rural Embargo ambiental IN IBAMA 08/2024 1003995-62.2026.4.01.3901 [Ler completo >](#)
- 
- 17/04** Justiça anula embargo do IBAMA contra produtor que possuía autorização ambiental válida  
Justiça Federal de Cáceres anula auto de infração e embargo do IBAMA contra produtor que possuía autorização ambiental válida na data da fiscalização, aplicando a teoria dos motivos determinantes.  
efeitos extradominiais do embargo Embargo ambiental nulidade de auto de infração 1001403-09.2025.4.01.3601  
[Ler completo >](#)
-

- 23/04** Justiça Federal impede embargo ambiental contra proprietária vítima de invasão por garimpeiros  
Justiça Federal de Cáceres/MT concedeu segurança para impedir embargo do IBAMA sobre propriedade rural invadida por garimpeiros ilegais, distinguindo responsabilidade civil e administrativa ambiental.  
Embargo ambiental Garimpo ilegal em propriedade rural Mandado de segurança preventivo  
1001361-57.2025.4.01.3601 [Ler completo >](#)
- 24/04** Justiça Federal condena possuidor a recuperar 61 hectares de Floresta Amazônica desmatados  
Justiça Federal do Amazonas condena possuidor a recuperar 61 hectares desmatados na Floresta Amazônica, com PRAD em 90 dias e autorização para remoção de bens. Confissão administrativa foi decisiva.  
Ação civil pública ambiental Desmatamento na Floresta Amazônica Embargo ambiental IBAMA  
1006690-31.2021.4.01.3200 [Ler completo >](#)
- 27/04** TRF1 confirma levantamento de embargo ambiental após adesão ao PRA e termo de compromisso  
TRF1 manteve levantamento de embargo ambiental de 2002 após adesão ao PRA e assinatura de termo de compromisso, afastando tese do IBAMA de que o embargo seria medida cautelar autônoma não alcançada pelo art. 59, §5º, do Código Florestal.  
código florestal Desmatamento anterior a 2008 Embargo ambiental 1002301-68.2025.4.01.4103 [Ler completo >](#)
- 28/04** TRF1 absolve produtores por ausência de perícia oficial em crime ambiental  
TRF1 absolve dois produtores rurais de crime ambiental (art. 40 da Lei 9.605/98) por ausência de perícia oficial. Relatórios administrativos e laudo do MPF não suprem o exame de corpo de delito exigido pelo art. 158 do CPP.  
Art. 158 do CPP Crime ambiental exame-de-corpo-de-delito 1001201-57.2020.4.01.3908 [Ler completo >](#)
- 29/04** TRF1 mantém ordem ao IBAMA para decidir licenciamento paralisado há quatro anos  
TRF1 manteve sentença que fixou prazo de 30 dias para o IBAMA decidir licenciamento ambiental paralisado há 4 anos. Mora administrativa configurada por unanimidade.  
ibama Licenciamento ambiental Mandado de segurança ambiental 1014728-25.2024.4.01.4300 [Ler completo >](#)
- 30/04** TRF1 reduz dano moral coletivo e exclui honorários em ação civil pública ambiental  
TRF1 reduziu dano moral coletivo de R\$ 298 mil para R\$ 59 mil (5% da multa) e excluiu honorários advocatícios em ação civil pública por desmatamento de 1.194 hectares na Amazônia Legal, mantendo obrigação de recuperar a área via PRAD.  
Ação civil pública ambiental Dano moral coletivo ambiental Desmatamento em reserva legal  
0013246-34.2011.4.01.4100 [Ler completo >](#)

## TRF-4

1 decisão

- 09/04** Juíza autoriza colheita em área embargada quando plantio precede autuação  
TRF4 autoriza colheita de soja em área embargada pelo IBAMA, reconhecendo que plantio precedeu autuação. Decisão pondera investimentos de boa-fé e ausência de impedimento ambiental absoluto, mantendo embargo para regularização futura.  
Embargo ambiental Pressupostos de validade do embargo Tipicidade e proporcionalidade das infrações ambientais  
5000555-94.2026.4.04.7105 [Ler completo >](#)

## TJMT

8 decisões

- 02/04** TJMT protege produtor de vencimento antecipado por embargo de 0,24% do imóvel  
TJMT mantém suspensão de execução de R\$ 1,9 milhão contra produtor rural. Cooperativa alegou desvio de finalidade, arrendamento não autorizado e embargo ambiental sobre 0,24% do imóvel. Tribunal reconheceu desproporcionalidade e garantiu proteção ao ciclo produtivo.

crédito rural

Embargo ambiental

vencimento antecipado

1005422-48.2026.8.11.0000 [Ler completo >](#)

03/04

**Produtores condenados por descumprir embargo ambiental em Bom Jesus do Araguaia**

Produtores de MT são condenados a pagar R\$ 50 mil por descumprir embargo de 2008, mesmo após regularização com a SEMA-MT. Decisão expõe contradições do sistema: CAR ativo, licenças válidas, mas condenação por fato pretérito.

competência ambiental

Embargo ambiental

responsabilidade propter rem

0002539-20.2017.8.11.0079

[Ler completo >](#)

06/04

**Quando a ilegalidade da multa ambiental contamina a execução fiscal**

TJMT extingue execução fiscal ambiental por coisa julgada e condena Estado a pagar R\$ 8 mil em honorários. Decisão expõe problema sistêmico: Estado mantém cobranças mesmo após reconhecimento judicial da ilegalidade do crédito.

Coisa julgada

Execução fiscal

Honorários advocatícios

1025770-66.2023.8.11.0041 [Ler completo >](#)

07/04

**TJMT valida auto de infração com vício formal quando há relatório técnico**

TJMT reforma liminar e valida auto de infração assinado por terceirizado quando há relatório técnico de servidor competente. Tribunal abandona formalismo e aplica princípio pas de nullité sans grief ao direito ambiental.

Controle judicial dos embargos

Pressupostos de validade do embargo

Tipicidade e proporcionalidade das infrações ambientais

1043900-62.2025.8.11.0000 [Ler completo >](#)

08/04

**Embargo em área de uso alternativo do solo carece de finalidade**

TJMT confirma que supressão de vegetação em área conversível exige autorização prévia da SEMA, mesmo dentro dos 20% permitidos. Produtor teve 249 hectares embargados por desmatamento sem licença ambiental.

Embargo ambiental

Licenciamento ambiental

Tipicidade e proporcionalidade das infrações ambientais

1017861-17.2024.8.11.0015 [Ler completo >](#)

20/04

**TJMT anula notificação por edital em processo ambiental por falta de diligência**

TJMT anula notificação por edital em processo ambiental de R\$ 3,5 mi porque o Estado fez apenas uma tentativa postal antes de recorrer à ficção jurídica, violando contraditório e ampla defesa do produtor.

Auto de infração SEMA

Devido processo legal administrativo

Notificação por edital em processo administrativo ambiental

1041500-75.2025.8.11.0000 [Ler completo >](#)

21/04

**TJMT obriga SEMA a decidir pedido de desembargo no prazo legal de 15 dias úteis**

TJMT ratifica mandado de segurança que obriga SEMA/MT a decidir pedido de desembargo ambiental no prazo de 15 dias úteis previsto no Decreto Estadual 1.436/2022, reconhecendo a omissão como ato ilegal.

Decreto Estadual 1.436/2022 SEMA/MT

Desembargo ambiental

Embargo ambiental

1074683-11.2025.8.11.0041

[Ler completo >](#)

22/04

**Multa diária majorada para R\$ 20 mil por descumprimento de embargo judicial em reserva legal**

Juízo de São Félix do Araguaia majora astreintes de R\$ 5 mil para R\$ 20 mil/dia após produtor descumprir embargo judicial sobre quase 5 mil hectares de reserva legal, tratando a multa anterior como custo operacional.

Ação civil pública ambiental

Astreintes por descumprimento de embargo

Independência das esferas administrativa e civil

1001430-62.2025.8.11.0017 [Ler completo >](#)

## 2. Os números da fiscalização

Autuações e embargos lavrados em Abril/2026, a partir dos dados oficiais do IBAMA (Dados Abertos) e da SEMA-MT (Transparência).

**IBAMA · Brasil** autos e embargos — abril/2026

-8,7% vs abr/25

**1.134**

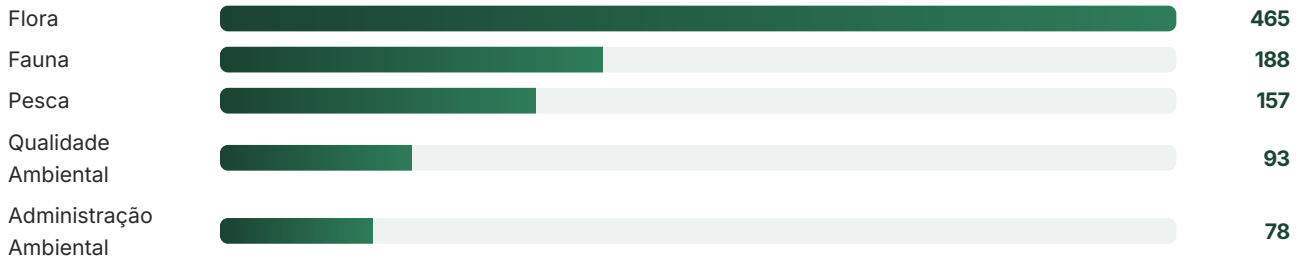
Autos de infração

**R\$ 230,7 mi**

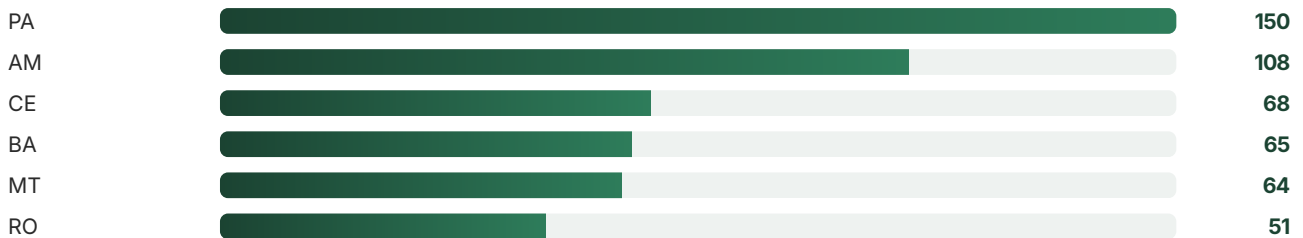
Em multas

**356**Embargos  
16.883 ha embargados**R\$ 35,1 mi**Maior multa  
Gaúcha do Norte/MT

## AUTOS POR TIPO DE INFRAÇÃO



## AUTOS POR ESTADO (TOP 6)

**SEMA-MT · Mato Grosso** autos e embargos — abril/2026

+26,2% vs abr/25

**607**

Autos de infração

**R\$ 104,0 mi**

Em multas

**289**Embargos  
17.213 ha embargados**R\$ 8,6 mi**Maior multa  
Marcelândia

**Leitura do mês:** Mato Grosso lidera as autuações do IBAMA no país e ainda concentra a maior multa federal do mês — R\$ 35,1 mi em Gaúcha do Norte. Somada a fiscalização estadual da SEMA-MT, o cerco ao produtor mato-grossense fica evidente: 4.924 autos federais no acumulado do ano, R\$ 1,44 bi em multas.

### 3. Notícias do mês

O que aconteceu em Abril e afeta diretamente quem produz e quem é autuado — selecionado e comentado pelo escritório.

MIGALHAS · VIGÊNCIA EM ABRIL/2026

**"Trava ambiental" no crédito rural passa a valer e bloqueia**

STJ · REPETITIVO INCLUÍDO EM 25/03; REPERCUSSÃO EM ABRIL/2026

**STJ afasta prescrição intercorrente em multa**

OPINIÃO MANAUARA · 1º DE ABRIL DE 2026

**Órgão estadual aplica R\$ 5,4 milhões em multas e**

## financiamento de quem tem alerta no PRODES

As Resoluções CMN 5.267 e 5.268/2025 passaram a condicionar — e podem bloquear automaticamente — o acesso ao crédito rural de propriedades com alertas de supressão de vegetação no PRODES/INPE detectados após 31/07/2019. Sem Autorização de Supressão (ASV) ou PRAD aprovado, o produtor fica impedido de obter, renovar ou prorrogar financiamento.

**Por que importa:** Atinge diretamente quem tem auto de infração ou alerta de satélite: o crédito pode travar mesmo sem condenação definitiva — o que abre frente de defesa para derrubar o bloqueio.

[Ler na fonte >](#)

## ambiental e fixa tese sobre prescrição da pena de multa

A Primeira Seção do STJ, no REsp 2.137.071, afastou a prescrição intercorrente que o TJMG havia reconhecido por analogia ao Decreto 20.910/1932. Em paralelo, o REsp 2.225.431 fixou a aplicação do art. 114 do Código Penal à pena de multa. Continua valendo a Súmula 467/STJ: a execução da multa ambiental prescreve em 5 anos do fim do processo administrativo.

**Por que importa:** Prescrição é a principal tese de defesa do escritório: a decisão exige cálculo técnico rigoroso (quinquenal x intercorrente) e fecha um atalho que vinha sendo usado para anular multas.

[Ler na fonte >](#)

## embarga 846 hectares por desmatamento e pecuária em área embargada

Em operação no Amazonas (Apuí), o órgão ambiental estadual lavrou R\$ 5,445 milhões em multas por desmatamento com derrubada e queima, descumprimento de embargo anterior e manutenção de pasto em área embargada, com termos somando 846,8 hectares de embargo/interdição liberados apenas após regularização.

**Por que importa:** Modelo idêntico ao enfrentado em Mato Grosso: embargo por imagem de satélite somado a autuação por pecuária em área embargada são exatamente os casos defendidos pelo escritório.

[Ler na fonte >](#)

### CONJUR · ANÁLISE DE 08/04/2026

Lei Geral do Licenciamento Ambiental segue em vigor e é contestada no STF (ADIs 7913, 7916 e 7919)

A Lei nº 15.190/2025 (Lei Geral do Licenciamento) está em vigor desde fevereiro e segue sob ataque no STF, com ADIs distribuídas ao ministro Alexandre de Moraes questionando a dispensa de avaliação de impacto e o licenciamento simplificado. Durante abril não havia decisão sobre a cautelar, mantendo a lei válida, porém com insegurança jurídica.

[Ler na fonte >](#)

### PORTAL AMAZÔNIA · INÍCIO DE ABRIL DE 2026

Governo destina R\$ 132 milhões para regularização fundiária na Amazônia (2,3 milhões de hectares)

O governo federal anunciou R\$ 132 milhões para regularizar 2,3 milhões de hectares, atendendo cerca de 7.300 famílias em 48 pontos críticos de desmatamento (AM, AC, PA, MT, RO e RR), unindo titulação fundiária e assistência técnica rural, com objetivo declarado de dar segurança jurídica à posse.

[Ler na fonte >](#)

### INPE / DETER · DADOS DE ABRIL/2026

Desmatamento cai 15% na Amazônia e 40% no Cerrado em abril (DETER/INPE)

Em abril de 2026 a Amazônia registrou 228 km<sup>2</sup> de alertas (queda de 15% sobre abril/2025) e o Cerrado caiu de 691 km<sup>2</sup> para 418 km<sup>2</sup>. O acumulado do quadrimestre foi o segundo mais baixo da série histórica na Amazônia.

[Ler na fonte >](#)

### MINISTÉRIO DA FAZENDA · REGULAMENTAÇÃO EM CURSO EM ABRIL/2026

Mercado regulado de carbono avança e mantém o agro fora do teto de emissões (podendo gerar créditos)

A Secretaria de Mercado de Carbono iniciou a regulamentação da Lei nº 15.042/2024 (Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões), com meta de concluir as normas da 1ª fase até dezembro de 2026. A agropecuária fica fora do teto de emissões, mas poderá gerar e vender créditos de carbono a partir de práticas sustentáveis.

[Ler na fonte >](#)

### IBAMA · MARCA ATINGIDA EM 23/04/2026

Fiscalização federal contra garimpo ilegal passa de 10 mil ações e atinge terras indígenas em Mato Grosso

A desintrusão da Terra Indígena Yanomami passou de 10 mil ações coordenadas, com destruição de motores, geradores e aeronaves. No mesmo período, IBAMA, Funai e forças de segurança mantêm operações em terras indígenas de Mato Grosso (Kayabi e Aripuanã), com apreensão de bens.

[Ler na fonte >](#)



O **Diovine Franco Advogados** é um escritório especializado em **Direito Ambiental** e **Direito do Agronegócio**, fundado em **Sinop/MT** — coração do agronegócio brasileiro. Somos referência nacional na defesa de **produtores rurais, empresas do setor, cooperativas, sindicatos, federações e confederações** em todas as esferas: administrativa, judicial e consultiva.

O escritório é liderado pelo **Dr. Diovine Franco**, ex-servidor dos **Tribunais Regionais Federais da 1ª e 3ª Regiões**, mestrando em Ciência Jurídica pela UNIVALI com período na **Universidad de Alicante** (Espanha), **Diretor Jurídico do Instituto de Direito Agroambiental**, membro do **Instituto Brasileiro de Direito Administrativo Sancionador** e autor pela **Thomson Reuters** da obra **Embargos Ambientais em Áreas Rurais (2025)** — obra pioneira sobre a Teoria Geral do Embargo Ambiental no Brasil —, além de colunista regular em **Migalhas, ConJur** e **Compre Rural**.

Como mostram os julgados deste informativo, **boa parte das autuações não se sustenta quando enfrentada com técnica**. Conhecer o caminho certo, no prazo certo, é o que protege o seu patrimônio.

#### ÁREAS DE ATUAÇÃO

Defesa em autos de infração e multas do IBAMA e SEMA

Desembargo de áreas e suspensão de embargos indevidos

Prescrição de multas e nulidade de autuações

Licenciamento, CAR, PRA e regularização fundiária

Liberação de crédito rural travado por questão ambiental

Crime ambiental e Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

FALE COM O ESCRITÓRIO

# Seu caso merece uma análise especializada

Cada auto de infração, cada embargo por satélite e cada nova regra pode significar a paralisação de uma fazenda ou o vencimento antecipado de uma dívida. Não enfrente sozinho.

ATENDIMENTO DIRETO

**(66) 99955-5402**

contato@diovanefranco.com.br · diovanefranco.com.br

---

**DIOVANE FRANCO ADVOGADOS**

Sinop/MT · Belém/PA · Brasília/DF · Novo Progresso/PA · Rio de Janeiro/RJ

Informativo Abril/2026. Conteúdo informativo, não constitui parecer ou consulta jurídica. Dados de fiscalização: IBAMA (Dados Abertos) e SEMA-MT (Transparência).